



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 92.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet. (37). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ezequias Losso, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Del Ciel, Deni Schwartz, Fuad Nacli, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Luiz Alberto Oliveira. (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.º DTL/61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

25/81: Do Senhor Deputado LINEU MANSANI TURRA, que altera a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1975 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS — VEREADORES), o qual, convertido em Lei Complementar n.º 11.— Anote-se. Arquite-se.

28/81: Do Senhor Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ para o desenvolvimento da ciência da tecnologia e da cultura, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.475.— Anote-se. Arquite-se.

16/81: DO PODER EXECUTIVO, que ficam excluídas da incidência do imposto sobre operações relativas à circula-

ção de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final o qual convertido em Lei tomou o número 7.476.— Anote-se. Arquite-se.

20/80: Do Senhor Deputado DARCY DEITOS, que concede título de cidadão honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. PAULO EVARISTO ARNS, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.477.— Anote-se. Arquite-se.

13/81: Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a CRECHE NICE BRAGA, com sede na Cidade de URAÍ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.478.— Anote-se. Arquite-se.

36/81: Do Senhor Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o HOSPITAL DE MISERICÓRDIA SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na Cidade de IBAITI, o qual convertido em Lei tomou o número 7.479.— Anote-se. Arquite-se.

62/80: Do Senhor Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE ANITA CANET, com sede em CONSELHEIRO MAIRINCK e foro na Comarca de IBAITI, o qual convertido em Lei tomou o número 7.480.— Anote-se. Arquite-se.

11/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de JACAREZINHO a área de 720700 m2 de terras pertencentes ao Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.481.— Anote-se. Arquite-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n.º 5/80, que dispõe sobre a criação do Município de Corumbataí do Sul e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Contenda, Sr. CARLOS BAUMEL FILHO, figura de grande projeção social e política no Estado, devendo ser feita a comunicação da homenagem à esposa enlutada, Senhora OLGA BAUMEL, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo 27.º aniversário de falecimento do Presidente GETÚLIO VARGAS.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor ANTÔNIO FLORÊNCIO DE BARROS SOBRINHO.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através do Senhor JOÃO FLORÊNCIO DE BARROS, residente à Rua José Mery n.º 910, Boa Vista, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Justino, ocorrido em data de 23 do corrente, na Cidade de Toledo.

Tratava-se de pessoa altamente relacionada e estimada na comunidade toledana, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável.

Requer, outrossim, seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar através da COPEL em Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUER seja consignado em ata um VOTO DE PESAR pelo falecimento ocorrido hoje, do menor ADELSON POLINICE GENARI, filho do Sr. Adenir Genari, industrial pioneiro na Cidade de Toledo.

Tratava-se de pessoa muito estimada e relacionada, merecedora de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade toledana.

REQUER, outrossim, seja levado ao conhecimento da família este voto de PESAR através da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, solicitando ISENÇÃO do ICM para MUDAS DE GRAMA TAPETE.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Empregada em ajardinagem e principalmente para conter a erosão ao longo das rodovias, e principalmente por ser matéria prima, não se justifica que não seja a mesma isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias, quando se isenta mercadorias, como, revistas pronográficas, tidas como material didático, e outras que não representam necessidade à sobrevivência de nosso homem, daí a presente solicitação, para que se

inclua como isenta as MUDAS DE GRAMA TAPETE.

requerimento

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja submetido à apreciação do Plenário, de VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento da Senhora Maria do Carmo Cobra, ocorrido ontem dia 23 de agosto, na Cidade de Barbosa Ferraz, onde foi uma das pioneiras como barbosense; era viúva de Augusto A. Cobra, falecendo aos 66 anos de idade, deixou dez filhos, vinte e nove netos e 6 bisnetos. Seus filhos com grande participação no desenvolvimento do município, entre eles seu genro Sebastião Felix da Silva, ex-Prefeito da cidade.

Requer ainda, que da aprovação, seja dado ciência à família entulada, na pessoa do Sr. Sebastião Félix da Silva, residente em Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS KUSS, filho do saudoso Prefeito Sr. GUSTAVO KUSS, e membro de uma das mais tradicionais famílias da Lapa, com comunicação da merecida homenagem à extremosa mãe do extinto, Senhora HILDA DOS SANTOS KUSS, naquela cidade à Av. Dr. Manoel Pedro.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, digníssimo Governador do Estado e Secretário do Interior, solicitando seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Raul Marinho, Município de Itamaracá.

A presente solicitação se faz necessária em virtude do grande desenvolvimento que se verifica no referido distrito que não conta com um posto telefônico, acarretando grande dificuldade aos seus moradores.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, digníssimo Governador do Estado e Secretário do Interior, solicitando seja implantado o Posto de Serviço Telefônico no Distrito de Primavera, Município de Leopólis - Pr.

A presente solicitação se faz necessária em virtude do grande desenvolvimento que se verifica no referido distrito, que não conta com um posto telefônico, acarretando grande dificuldade aos seus moradores.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1981.

(a) FUAD NACLI.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro

orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começa a se concretizar o pensamento do Sr. Jucundino Furtado, de transformar o Banco do Estado do Paraná em Comitê de Propaganda do PDS, especialmente do Sr. Ney Braga, para 1982.

Quando o Sr. Jucundino lançou a idéia de criar o Comitê de Propaganda, na ocasião nós manifestamos a nossa estranheza, porque considerávamos o Sr. Jucundino Furtado incapaz de comprometer a organização oficial que dirige, no jogo de interesses pessoais. E não sem razão o dizíamos porque se viesse a se concretizar aquele propósito, sem dúvida iria acarretar o desenvolvimento da instituição pelo favoritismo, pela pressão a subalternos e uma série de conseqüências prejudiciais aos interesses do próprio Paraná.

De outra parte, iria se abrir um sério precedente, pois que acabariam as demais organizações: BADEP, BRDE, empresas mistas, como a SANEPAR, COPEL e outras se transformam em Comitê de Propaganda Eleitoral. E por fim o Estado deixaria de ser um Estado membro da Federação, para ser transformado num Comitê de Propaganda Eleitoral. Procurando se justificar, o Sr. Jucundino Furtado disse que não podia ser confundido a sua pessoa Jucundino, com o Presidente do BANESTADO.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-nos que tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar. Pois ao tomar as coisas tão simploriamente, como pretendeu fazer o Sr. Jucundino, Presidente do BANESTADO, seria a mesma coisa de que se não reconhecer a suspeição do Juiz para julgar a causa da qual tem interesse. Ou na qual é inimigo fidalgo de uma das partes. Não via portanto, como não vejo, qualquer impossibilidade na identidade física da pessoa do Sr. Jucundino, Vice-Presidente do PDS, Chefe do Comitê de Propaganda do Sr. Ney Braga e Presidente do BANESTADO. E para assim entender basta ter um mínimo de racionalidade e bom senso.

O propósito, Sr. Presidente, desse nosso pronunciamento, é para comunicar a Casa, que vindo da minha Cidade de Palmeira, constatei com desagrado que a Agência do BANESTADO daquela cidade está transformada em Comitê de Propaganda do PDS. Especialmente o Sr. Ney Braga, pois nas suas portas e janelas estão colocados adesivos com o seu nome, característicos da sua propaganda eleitoral; esse fato está causando indignação ao povo, não por causa do nome do Sr. Ney Braga, em absoluto. Mas porque se considera um escancarado desrespeito para com os interesses públicos porquanto se trata de um estabelecimento de crédito oficial que não pode ser envolvido em disputas políticas eleitorais. Aliás, tal procedimento pode acarretar em acentuados prejuízos à organização. Porque muitas das pessoas com as quais conversei já manifestaram inclusive os seus propósitos em encerrar as suas contas naquele estabelecimento, para não se verem submetidos ao constrangimento do Gerente na oportunidade do trato das operações.

Com isso, Sr. Presidente, já se pode antever o que será este Estado e a coisa pública, quando aqueles que são responsáveis pela gerência dos seus negócios, confundem os seus negócios, confundem os seus interesses pessoais e políticos, com os interesses do Estado.

Por esses desmandos, pela falta de seriedade dos homens que estão no poder, o povo brasileiro já tem pago alto preço. É a corrupção que campeia e em todos os quadrantes do Brasil, que está levando a sociedade ao desespero e o Brasil à bancarrota, como levou o INPS.

Para finalizar, quero fazer aqui a minha solicitação ao Sr. Governador Ney Braga, para que providências cabíveis sejam tomadas, no sentido de coibir esse comportamento. E esse apelo eu faço não só como cidadão, mas como representante do povo, responsabilidade a que me cumpre como Deputado nesta Casa. E se assim não proceder o Sr. Governador, irei buscar as medidas

cabíveis para responsabilizar aqueles que cometem abusos, contra os negócios públicos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista a importância de que se reveste a energia elétrica como instrumento capaz de propiciar a melhoria da qualidade de vida da população, ganha significado especial no Paraná, o lançamento recente pelo Governador Ney Braga de dois novos programas para atendimento a novos consumidores pela COPEL.

A própria presença do Governador do Estado na sede da Companhia Paranaense de Energia, autorizando a empresa a dar início aos dois programas, foi uma demonstração eloqüente da preocupação de Sua Excelência, demonstração essa que preocupa e que naturalmente é sensível à realidade social deste Estado, e que demonstra, por outro lado, que levar os benefícios da eletricidade às outras áreas, é, na verdade, uma prioridade do Governo.

Um dos programas, o chamado "Programa Social de Ligação de Consumidores", objetiva levar os benefícios da energia a grupos populacionais de baixo poder aquisitivo, mediante a redução do valor dos orçamentos de extensões de rede, de forma a diminuir substancialmente, ou, em certos casos, até eliminar a participação financeira dos interessados.

De acordo com os critérios estabelecidos, serão beneficiados pelo programa pretendentes a ligações da classe residencial monofásica, que possuam renda familiar de até dois salários mínimos, e cuja moradia tiver área de até 40 metros quadrados. A participação financeira, quando houver, poderá ser parcelada em até 24 meses.

Por outro lado, o Programa Especial de Eletrificação Rural objetiva facilitar o acesso do homem do campo aos benefícios da energia, também mediante redução no valor do orçamento para implantação das linhas, de forma a diminuir a participação financeira dos interessados.

A abrangência deste programa se estende ao atendimento de cargas de até 15KVA de potência e que sejam monofásicas. Aos projetos de ligação que demonstrem a possibilidade de serem ligados dois ou mais consumidores por quilômetro de linha de distribuição rural serão oferecidas todas as reduções de custo previstas pela COPEL. Aos demais, a redução será levada em conta apenas para os primeiros 500 metros de linha a ser implantada.

No que diz respeito a participação financeira dos interessados, o programa estabelece a possibilidade de financiamento em até 330 dias.

Em ambos os programas estudados e agora em desenvolvimento pela COPEL, as reduções de custos na participação financeira do consumidor sofrem redução média de trinta por cento. O que vale dizer que haverá casos de reduções de custo superiores a este valor e outras inferiores.

Com isto, a COPEL passa a absorver determinados custos, aliviando a participação financeira aos segmentos populacionais com as características já mencionadas.

Programas como estes, sem dúvida nenhuma, contribuem para a melhoria das condições de vida da nossa população, a partir da maior oferta dos serviços básicos às pessoas.

Ao fazermos estas considerações desta tribuna, queremos estender os nossos cumprimentos à COPEL, na pessoa do seu eminente Presidente, Engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar, pelo seu esforço em procurar formas e caminhos que facilitem o acesso de novas pessoas aos benefícios da eletricidade.

E transmitimos, também, o nosso entusiasmo ao ver e sentir o empenho e a determinação do Governador Ney Braga,

para que se encontrem soluções práticas, e que sejam realmente capazes de atender às necessidades do povo paranaense, mesmo porque, Sr. Presidente, este programa faz parte do que o Governador Ney Braga convencionou chamar de "Difusão Especial do Bem-Estar" por todo o território do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Paraná, como em todo o Brasil, o Governo despreza a educação. Isso é próprio do autoritarismo que não deseja um povo esclarecido, lúcido, pois um povo esclarecido contesta, protesta, reivindica, exige e promove mudanças. A mentalidade autoritarista está decretando a tragédia do ensino no Brasil. Colocando-se acima das classes, do povo, o Governo estabelece a ditadura das leis, das normas, dos regulamentos, controlando a educação sem pagar por ela. Com isso, o nível do ensino, o salário do professor, seu "status" profissional é puxado inapelavelmente para baixo.

A crise é intencional. Está nas leis e no comportamento dos governantes. Se a Constituição de 1946 estabelecia obrigatoriedade de se destinar dez por cento do Orçamento da União para a educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, elevava para doze por cento, a atual nada obriga. Os governantes cometem com isso, verdadeiro crime de responsabilidade, pois comprometem o futuro do País. O pretexto de que não existem recursos não encontra respaldo na realidade. Ainda há pouco o Governo adquiriu por mais de 400 milhões de cruzeiros, verdadeira mansão em Nova York para residência do Embaixador do Brasil nos EEUU. No início do ano, o próprio Ministro da Educação firmava contrato com empresa de Brasília no valor de 32 milhões de cruzeiros para limpeza de seu gabinete e de sua residência durante o corrente ano.

O Governo do Paraná divulgou ao Brasil, cantando prosperidade, aplicação de recursos em ORTNs, com fins puramente eleitoreiros. Enfim, desnecessário se torna relacionar atos que comprovam o desperdício de recursos.

Os professores do Paraná, mais de 2 mil, representando 80 municípios, reuniram-se ontem, em Assembléia, no Colégio Estadual. E de forma unânime decidiram paralisar suas atividades até que o Governo atenda suas reivindicações. O Movimento Educação e Justiça decidiu marcar a data de 14 de setembro para a paralisação geral.

Todos os argumentos foram esgotados, resta o da greve, instrumento legal. O Governo do Estado do Paraná continua insensível. Estamos com os professores. Apoiamos o seu movimento. Estão lutando por seus legítimos direitos, pois quem não luta por seus direitos, não merece ter direito algum. Esse grito do magistério é mais do que na defesa de interesses pessoais. É o grito do Paraná por uma nova escola que, valorizando o professor, possibilite a transmissão da verdadeira educação que atenda aos interesses, sobretudo daqueles que se encontram afastados da ciência e da cultura, do poder e da produção, da participação e da liberdade.

A Assembléia de ontem foi mais uma vitória da classe.

As três associações do professorado paranaense - APP, APLP e APMP, continuam lutando pelas reivindicações dos mestres que são, entre outras:

1. piso salarial de 3 salários mínimos vigentes;
2. reajuste semestral;
3. nova tabela de vencimentos;
4. décimo terceiro salário;
5. pagamento de acordo com a maior habilitação.

Existem ainda mais 18 itens não atendidos inteiramente. É uma situação de calamidade pública. São 70 mil professores revoltados. O Governo não pode alegar falta de recursos. A educação é prioritária. Ou será que o Governo está deixando para

resolver o problema às vésperas das eleições de 82? O Governo soltou um folheto, o "Boletim Informativo da Educação", contendo uma série de inverdades, que foram contestadas pelo Movimento Educação e Justiça.

A sorte está lançada. Ou o Governo atende, ou o professorado vai reagir com a única arma que lhe resta: a greve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Expoentes personagens de nossa História sofrem tentativas inescrupulosas de jogá-las no mais profundo esquecimento ou até desmoralização. Assim acontece com o grande estadista Getúlio Vargas, merecedor de nossa permanente homenagem como também um dos mais respeitados defensores de nossa independência e liberdade.

Não há dúvidas de que o avanço social e mesmo econômico alcançado pela diretriz nacionalista do Governo Vargas auxiliaram em muito a formação do Brasil moderno. Com todas as imperfeições e erros, a legislação social da época era uma das mais significativas para um País, como o nosso, que teve um governo - deposto em 30 - cuja filosofia dizia que "a questão social é uma questão de polícia".

Ferrenho defensor de nossas riquezas, implementou decisivas conquistas como a siderúrgica Volta Redonda, recuperando nossas reservas de ferro, monopolizadas pelos ingleses; a instituição do monopólio estatal do Petróleo, surgindo a PETROBRÁS; só para ficar em alguns exemplos.

Assim, é que, todos nós precisamos melhor avaliar e conhecer a história das lutas do povo brasileiro pela sua liberdade, e só assim haverá de se fazer o verdadeiro reconhecimento que importante papel desenvolvido por Getúlio Vargas na vida desta Nação. Até porque, um povo que não tem memória histórica está condenado ao mais sombrio futuro político.

Nossos respeitos ao GRANDE ESTADISTA GETÚLIO VARGAS, na data de render-lhe as homenagens de um povo para quem ele deu sua própria vida, portanto um mártir nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo já anuncia o aumento de mais 23 por cento nas tarifas de energia elétrica.

Com esses 23 por cento essas tarifas serão elevadas, neste ano, em mais de 120 por cento. E como se vê, Sr. Presidente, assim também cresce o preço de gás, de gasolina e de água potável.

Nessa situação, Sr. Presidente, é que se encontra o panorama econômico e, conseqüentemente, social brasileiro num completo e confuso momento, onde os aspectos econômicos, apregoados pelo modelo vigente, estão trazendo profundas frustrações no meio social e com relação, Sr. Presidente, a esta preocupação e às classes trabalhadoras, buscaram através de entendimentos de seus organismos classistas e representativos, os seus sindicatos, as suas federações, uma reunião de âmbito nacional, coisa que há duas décadas não acontecia no País.

Resolveram através das comissões que hoje concluem os seus trabalhos, mobilizar toda a classe trabalhadora de boa vontade, de disposição e lúcida para com esse momento nacio-

nal, a deflagrar uma campanha nacional contra o desemprego, enquanto o Governo arquiteta fórmulas de conter as reivindicações pertinentes à estabilidade, ao mesmo tempo que engendra fórmulas econômicas apregoadas pelos tecnocratas, visando estabelecer uma política de economia recessiva, mas avançam os trabalhadores e se propõem a ficar imobilizados em assembléias, em passeatas, em paralização geral e até na deflagração de uma greve geral e global de todo o País, pelo menos por um dia, caso o Governo continue insensível às suas reivindicações.

Sr. Presidente, é normal observarmos em vários contatos com a imprensa, homens do Governo e que sustentam o Governo nos Parlamentos, a dizer que nesses, diríamos 18 anos, houve um grande desenvolvimento nacional, houve uma grande força de progresso palpável, através da materialização das grandes obras da Revolução e das grandes estradas asfaltadas e da grande mecanização agrícola e do avanço na produtividade e na produção de alimentos.

Entretanto, Sr. Presidente, é verdade que isto ocorreu, essa materialização, a feitura destas obras realmente estão aí, as grandes indústrias automobilísticas, as grandes usinas hidrelétricas, as indústrias de tratores, as indústrias de máquinas colheitadeiras e uma série de produtos sofisticados para substituir o trabalho do homem.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se verificou não foi propriamente um desenvolvimento. O que ocorreu e isto sim, Sr. Presidente, foi uma substituição do trabalho pelo capital, dos aspectos materiais em prejuízo do homem brasileiro e do trabalhador brasileiro. Se se mobilizou capitais enormes para a construção de casas populares, por outro lado, Sr. Presidente, o que se viu no curso destes anos, foi o trabalhador brasileiro pagando com o achatamento do seu salário, esta progressão de obras gigantescas que marginalizou, sobretudo, a força de trabalho humana deste País. E esta posição que assumem os trabalhadores neste grande encontro lá no Estado de São Paulo é resultado, Sr. Presidente, não só das frustrações, mas é resultado, da consciência de gerações que já foram sacrificadas. É resultado, Sr. Presidente, do sofrimento de grande parte dos trabalhadores que se sentiram protegidos pela substituição no curso de longos anos de conquista, da estabilidade no emprego, do salário mínimo compatível com aquele decreto de 1937 ainda, dando as condições mínimas de vida para a subsistência de um homem ou de uma pessoa com sua família.

O que verificamos também, Sr. Presidente, é que há uma larga faixa de crítica à posição adotada pelas Oposições no Brasil. Que as Oposições não oferecem caminho, que as Oposições só sabem criticar. Evidentemente, que a alteração só é possível, dentro da ótica do Governo, se não se tocar no modelo econômico vigente desde 1964.

O Sr. Adalberto Daros — Permite-me um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Em seguida. E todos os argumentos levantados pela Oposição, é de se abrir a discussão sobre a matéria de natureza econômica, de natureza política e de natureza social. E ainda recentemente Sr. Presidente, eu falava desta tribuna, que a exemplo de muitos organismos públicos, o desemprego é uma situação fática indiscutível no País. E, via de regra, nos Estados de maior densidade tecnológica, seja no Paraná através da tecnologia da agricultura, seja em São Paulo através do seu grande parque industrial, ou no Rio de Janeiro, ou no eixo Rio-São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, nas grandes capitais. O desemprego, Sr. Presidente, do mês de maio para o mês de junho, cresceu 23 quase 24 por cento.

Hoje, Sr. Presidente, a população ativa no País, circunda a cada de 45 milhões de pessoas. E nada menos do que 10 por

cento, hoje, se encontra, absolutamente desempregada. E se contarmos os subempregados, só de subemprego, uma estatística levantada pelo IBGE e que muito pouco foi divulgado é de que praticamente, existem 18 milhões de pessoas desempregadas e subempregadas no País. Mas, antes do mês de maio e do mês de junho.

E é exatamente este Sr. Presidente, um dos pontos mais vulneráveis deste progresso implantado pelo modelo de Governo vigente. Eu assistia o eminente Deputado Aírton Cordeiro, falar das obras da COPEL, ainda ontem, Sr. Presidente, só para citar um exemplo: ontem, através de uma visita nos encontramos com algumas pessoas do alto escalão da COPEL.

E houve uma coisa inédita na COPEL, uma promoção apenas dos altos escalões daquela empresa de energia elétrica, ao passo que os que prestam serviço de nível médio, ou os trabalhadores de um modo geral, não tiveram qualquer promoção. Quer dizer, só promoveram aqueles que ganham de 150 mil acima, de cruzeiros. E por que, Sr. Presidente? Porque não é possível se fazer uma elevação pura e simplesmente de uma determinada categoria, de uma faixa privilegiada de servidores daquela empresa. E o que soubemos, Sr. Presidente, ainda foi falado com um temor quase bélico, com receio inclusive de perder o emprego, se soubessem que eles estariam divulgando esses dados.

Ora, Sr. Presidente, o País ainda vive sob a capa do temor e este temor econômico, esta é uma das piores violências para a família brasileira. E o desemprego, Sr. Presidente, hoje no País está sendo encarado como uma das piores violências deixadas e herdadas pelo modelo implantado pela revolução haverão de encontrar resolvê-lo, Sr. Presidente? Os trabalhadores haverão de encontrar através da sua mobilização como está fazendo a Polônia, independentemente de regime político, onde ideologia política haverão de encontrar os caminhos e haverão de amadurecer também a mentalidade para ver enxergar que os homens que estão mandando, já abusaram demais. E que o único remédio é fazer uma reversão nesse desequilíbrio não só mental dos que dirigem o País, mas também na política por eles encetada.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, o seu pronunciamento hoje em função do nosso sentimento, em função do que nós propuzemos a fazer nessa nova fase da vida política, veio a contento. Vem demonstrar o que realmente os homens do meu partido têm dito.

Vossa Excelência fala do desemprego, Vossa Excelência fez algumas colocações importantes para que essa Assembléia ouvisse e que fique atenta exatamente nessas colocações. Vi e senti a sua preocupação, principalmente naqueles homens que têm um emprego, naqueles homens em que Vossa Excelência conversou ontem ou anteontem, não sei, mas que efetivamente têm medo de colocar o seu posicionamento.

Devo dizer a Vossa Excelência que o dia de hoje, em que já se colocou desta tribuna, através do Deputado Tadeu Lúcio Machado uma homenagem a um grande estadista neste País, o ex-Presidente Getúlio Vargas, que exatamente me fez com que lhe desse este aparte, para demonstrar que a preocupação de Vossa Excelência nessa tribuna, hoje, é a preocupação deste seu amigo que fala, e é a preocupação do Partido que hoje tem na sua frente, e como bandeira, o ex-Presidente que hoje comemora o aniversário de falecimento, razão pela qual, meu caro amigo e Deputado Fidelcino Tolentino, esta preocupação constante dos homens da Oposição, principalmente, no que diz respeito ao desemprego, deve ser focalizada sempre; demonstrada, efetivamente, como Vossa Excelência o fez, mostrando a este Parlamento, a alguns que querem conversar, mas não querem escutar, a alguns que dizem "amém", e não respeitam se-

quer o posicionamento da população, de associações da categoria. Enfim, daqueles que se preocupam com o que efetivamente se passa neste País.

Vê-se dentro e fora do nosso Estado, inúmeros trabalhadores tendo sido jogados fora de posições que ocupavam em algumas empresas, e hoje, alguns até do Governo, ao se falar isso, dão risada, como quem diz - e talvez até pensem nisso - de que "o meu emprego está garantido, que se lasque o dos outros".

Por isso, a sua preocupação merece o nosso respeito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e realmente, pelo que representou na sensibilidade aos trabalhadores, eu devo dizer a Vossa Excelência que realmente há 27 anos atrás, nesta data, o trabalhador brasileiro chorava o passamento deste grande estadista, que foi instituidor do trabalhismo no País, que foi Getúlio Vargas.

E hoje, Deputado Daros, praticamente 3 décadas depois, podemos fazer uma análise correta do que ele representava para alguns, para uma grande maioria de trabalhadores brasileiros, que, ainda hoje, rendem preito de homenagem à sua memória, em praças públicas, em todo o País.

E nesta turbulência toda que vive o País, hoje, absorvendo o amargor da inflação, do custo de vida, do arrocho salarial e, por fim, o desemprego.

Veja Vossa Excelência, que se, nas greves do ABC, memoráveis greves, das quais resultaram muitos processos contra a Segurança Nacional, se as classes trabalhadores se dessem conta da intimidação econômica, do constrangimento, do confinamento restritivo, imposto pelos homens que dominam o País, se tivessem se dado conta antes, quem sabe o desastre não tivesse avançado tanto.

Hoje, depois de implantada uma política econômica, no meio rural e também no urbano, o que se notou foi uma estratégia de desagregação das forças de trabalhadores. E, por isso, amordaçaram os sindicatos; impediram a movimentação de lideranças; marginalizaram a classe política; impingiram normas às universidades; impediram o avanço cultural, as reuniões e toda uma parafernália de métodos foi imposta à Nação.

Muitos dos homens que poderiam ter coragem, ou que teriam, no mínimo, condições culturais de se antepor como obstáculo ao avanço dos métodos tecnocráticos, nada fizeram. Por que? Porque se acomodaram, porque eram sujeitos desta manobra, direta, ou indiretamente.

E a classe média, hoje, também ameaçada, profundamente ameaçada de desemprego e de sub-emprego, começa a se dar conta que é hora de se mobilizar, de se entender, de se conversar, porque representam a força do progresso, traduzido no trabalho nacional.

E o que queremos dizer, aqui desta tribuna, é que esses trabalhadores, realmente chegaram a uma conclusão de que estão sendo vítimas, durante este largo espaço de 17 para 18 anos principalmente nesse espaço, haverão de buscar um entendimento compatível com o interesse nacional. Porque o interesse nacional, Sr. Presidente, se confunde com o interesse da população nacional.

O interesse, o bem-estar, a felicidade de um País, é traduzido pela felicidade de seu povo, pelo seu bem-estar, pela sua saúde, pela sua cultura, pela sua evolução.

Hoje, Sr. Presidente, com as bombas TNT, que matam sem qualquer dano material, sem destruição de objetos a não ser o dano da vida, não há mais necessidade dos aparatos militares e bélicos que tanta proclamação se faz, em comemorações de dias como vai ser amanhã, o Dia do Soldado, não há porquê, Sr. Presidente, e a estatística prova, que no ano passado se gastou 400 bilhões de dólares em armamento, no mundo inteiro. Então, nós vamos chegar à conclusão mais simplista mas mais correta, de que, as classes mais humildes, mais ligadas à simpli-

cidade é que têm as melhores fórmulas de se encontrar uma vida feliz. E qual é o objetivo, Sr. Presidente, das ideologias, se não é encontrar o bem estar de uma população, de uma nação em última análise? Eu perguntaria, Sr. Presidente, principalmente para aqueles que sustentam o Governo, que sustentam, politicamente, porque economicamente quem sustenta é o trabalhador: quem é mais pobre neste País? Aquele que mantém este estado de coisas, ou aquele que se movimenta para alterar este estado de coisas, para melhor distribuir as rendas? E o grande problema que encontramos hoje no País, Sr. Presidente, já não é mais o salário, mas, é, a manutenção do emprego, é a preservação do seu lugar de trabalho. O povo brasileiro só quer um espaço, Sr. Presidente, para desenvolver uma atividade econômica que seja digna e compatível com a própria subsistência, não tem muita aspiração. E o que nós notamos também, Sr. Presidente, na fala do Sr. Presidente da República "que, enquanto existirem obras gigantescas, não atenderá o funcionário público". E daqui nós queremos deixar uma dúvida: se realmente pobre é aquele que mais necessita, ou, aquele que menos tem; aquele que menos tem de entendimento, de dimensão humana, de sensibilidade, de alcance de obrigações na preservação da saúde e do bem estar de uma população.

Deixo aqui, Sr. Presidente, a minha admiração pelos organizadores do conclave, que chegaram a marcar o ponto primeiro, o ponto de partida de uma nova era, de novas metas, de novas conquistas e de novos caminhos - quem sabe - para este Brasil, gigante adormecido e amordaçado!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, no dia de ontem, foi palco e testemunha de um acontecimento histórico do nosso Partido, o PMDB, e foi um acontecimento histórico também da política do Estado do Paraná, pois aqui, Sr. Presidente, foi realizada a Convenção Regional do Setor Jovem do PMDB do Paraná. Com um comparecimento maciço da juventude paranaense dando um colorido especial ao evento, demonstrando o vigor e a estrutura do nosso Partido no Estado do Paraná, à Convenção concorreram duas chapas, uma liderada pelo jovem Ezequias Moreira da Silva, e outra chapa, liderada pelo jovem emedebista, grande batalhador do PMDB, Mário Bacelar Filho, que deram aqui nesta Casa ontem, uma demonstração de civismo e de democracia, naquela disputa, mostrando que mais do que nunca, é democracia o que o jovem brasileiro quer, é democracia o que o povo quer para poder escolher livremente os seus dirigentes, como ontem aqui o fizeram, Sr. Presidente.

Está de parabéns o PMDB do Paraná, está de parabéns a juventude do Paraná, pois o que aqui se viu ontem, é o que precisa ser feito em toda a Nação brasileira, é o que precisa ser feito com a sociedade civil brasileira, é organizar, para que ela participe na solução dos seus problemas. Estiveram aqui presente, Sr. Presidente, os senadores José Richa e Leite Chaves, vários deputados federais e estaduais do nosso Partido. Esteve presente o ex-Deputado Alencar Furtado e o ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que por mais de duas horas e trinta minutos transmitiu seus conhecimentos em uma mensagem de fé e otimismo na juventude brasileira.

Foi isto o que o PMDB fez no Paraná, ontem, Sr. Presidente, aonde mais de 40 municípios aqui compareceram e elegeram um Diretório composto por 21 membros efetivos e 7 suplentes cuja comissão Executiva ficou assim constituída: Presidente, o jovem Ezequias Moreira Rodriguez; representante de Arapongas. 1.º Vice-Presidente, João Dorneles Barbosa,

representante de Campo Mourão; 2.º Vice-Presidente, José Durval Matos do Amaral, representante de Cambé; Secretaria Geral, a jovem Jussara Branco, representando Curitiba; 1.º Secretário, Jorge Augusto Gregório e representante de Maringá; 1.º Tesoureiro, Luiz Henrique Turra, representante de Corbélia e 2.º Tesoureiro, Luiz Carlos da Rocha, representante de Curitiba.

Era este o registro que queríamos fazer, neste pequeno espaço de tempo que a nossa Liderança nos reservou, para que ficasse nos Anais da Casa este evento promovido pelo nosso Partido, o PMDB que dá uma demonstração de organização, que, mais do nunca, está na luta para conquistar o poder neste Estado e neste Estado e nesta Nação, demonstrando que quer fazer com que a juventude brasileira e principalmente a do Paraná, participe e ajude a construir o Paraná que todos nós desejamos para nós e nossos filhos.

Era este o registro e queria dizer mais, que esta juventude ontem empolgou esta Casa que esteve repleta, com a presença de mais de 1.000 pessoas, demonstrando que o PMDB do Paraná, é a grande bandeira e a Bandeira do povo espera e precisa para a solução dos seus problemas.

Eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, que terá 10 minutos no horário reservado à sua bancada.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta segunda-feira, não há dúvida, de que nós temos a obrigação de mais uma vez registrar a grande apreensão que sentimos e está presente em cada lar, em cada cidadão brasileiro.

O que se assistiu e se viu em Salvador, Bahia, tem uma significação muito mais profunda do que podemos, a rigor, imaginar. Nos faz lembrar os acontecimentos de fins de 79, quando em Curitiba explodiu a greve dos operários da Construção Civil, que sem direcionamento, sem nenhuma posição programada, saíram numa verdadeira explosão nas ruas em sentido muito mais vigoroso, é o que se viu na Capital baiana.

A histórica e até pacata Salvador, passa a ter momento de tensões terríveis, o que como disse, traz todos os condicionamentos, para que se sinta uma tensão visível a mexer com todos nós. E me parece que nesse instante, em cima das manifestações oficiais pós-episódios de Salvador, nós precisamos não só fazer uma reflexão, mas até nos posicionarmos de maneira muito rígida. Porque hoje estão aí e as manchetes dos jornais a dizer até que o Governador daquele Estado, que cotidianamente bate no peito a sua condição de democrata e defensor dos ideários da liberdade, acaba querendo jogar mais uma vez a culpa em meia dúzia de baderneiros, de agitadores profissionais.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens que dão sustentação a este regime e a este governo, continuarão a procurar bodes espiatórios para justificar o fracasso de todo sistema e de todo o Governo. E, vejam que quando se programou sexta-feira uma manifestação defronte à Prefeitura Municipal de Salvador, com o objetivo de se manifestar exatamente contra o aumento de 61% nas tarifas dos ônibus daquela capital, um prefeito nomeado, um prefeito interventor, insensível, porque está distante efetivamente da vontade e do anseio popular, não recebeu nem a comissão do movimento de combate à carestia.

E ali, se precipitou o que não estava previsto e não estava nem sendo imaginado. De uma manifestação de protesto, surgiu uma revolta popular. Durante horas e horas a capital baiana, supermercado, vitrine de bancos e de lojas e metade dos 1.500 ônibus que corre a grande Salvador, foram de uma ou de outra maneira atingido. Sem feridos é o resultante, 83 prisões e, hoje mesmo, continuava a idéia de que poderiam se repetir ao

fim da tarde novos focos de violência e de tensão.

A isso, responde o Governador da Bahia como fazem os demais, com a violência. Porque entendem, como entendia o Governo que foi deposto em 30, de que a questão social é uma questão de polícia. E o nosso objetivo hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de evidenciar que está clara esta presunção nas nossas mentes, de que as manifestações neste País poderão aqui e acolá, se transformarem em revoltas populares.

Porque dizer-se que a pacata Salvador, passa a ser palco de um episódio desses, vem confirmar uma coisa que muitos negam — é de que este povo brasileiro não é um povo pacato, cordial, dolente. À história do Brasil está hoje presente a violência. Se nós analisarmos a história da Nação brasileira, vamos ver que nós tivemos mais de 50 mil brasileiros que sucumbiram em diversas revoltas, batalhas, manifestações e guerrilhas. Os estudos científicos também evidenciam, que a violência está tão presente na história do Brasil e muito mais do que em toda a história ibero-americana.

É óbvio portanto, que a própria classe dominante e os interesses postos sempre criaram a imagem de um povo calmo, pacato, cordial, porque oprimido, porque dócil, porque domesticado por uma estrutura opressora, injusta e que portanto nunca permitiu, que se pudesse se organizar e conquistar espaço por parte das diversas camadas populares. E, quando acontece, é através da revolta, é através da manifestação mais rebelde, mais ousada, porque chega ao estertor da tensão social. Que possam os episódios recentes de Salvador, embora até tardiamente, significar para todos os homens que estão dirigindo este País, aqueles que têm responsabilidade direta e indireta, e aí todos nós nos colocamos. Imaginar e prever a continuar a atual situação econômica, social e política do País, Salvador é apenas uma mostra do que virá. E que é que está faltando, Sr. Presidente, para que a insensibilidade do Planalto seja atingida e possamos reverter essa situação. Para o desespero, a angústia e o temor que hoje estão perambulando pelas ruas na forma de figuras humanas, possamos reverter essa situação e ao menos embalar um pouco o seio brasileiro, e criarmos a credibilidade nas nossas instituições e nos nossos Governantes. Mas para isso é preciso uma nova realidade, uma nova proposta, um novo pacto social. E nós estamos quase cansados de mostrar que também a história universal tem mostrado nos últimos tempos que os países que saíram e conseguiram sair, de atoladores como nós encontramos no campo institucional, econômico, político, social e cultural, passaram pela ampla avenida da Assembléia Nacional Constituinte. Aí, Sr. Presidente, seria ao menos uma proposta visível, não para resolver todos os problemas brasileiros, para que nós iniciássemos uma nova caminhada. Para que abrissemos novos caminhos. E que a credibilidade popular passasse a ser um instrumento até, de no efeito psicosocial da questão, trazer novas esperanças a todas as camadas deste País. Mas não se quer isso. Vemos neste País a figura muito clara dos que estão encima com o poder na mão, monoliticamente constituídos, e que não querem ceder. E hoje a grande e esmagadora maioria que está embaixo, que quer tirar as que estão em cima mas que estão sem condições e sem força e sem instituições democráticas para tanto. E nesta verdadeira conflagração política, é que começam a acontecer, também, episódios como o de Salvador, que como disse, na nossa opinião, é uma amostra do que virá. O que nos resta, Sr. Presidente, é manifestar também o repúdio, para que não venham querer agora acenar com Lei de Segurança Nacional querer como propôs o Chefe da Polícia Militar de Salvador da Bahia, de que isso é obra de meia dúzia de baderneiros e agitadores. Será que até agora, depois de 17 anos, depois de que a miséria está aí a se multiplicar em todos os lares e em todos os lugares, continuam querendo industrializar o medo do povo brasileiro e querer dar crédito e motivando as questões em cima de propostas de baderneiros, agitadores ou de comunistas. Até quando, Sr. Presidente? O comunismo, a agitação, a baderna está na

fome do povo brasileiro, no desemprego, na política monetária, na recessão e na estatização que está presente. Num País controlado e dominado em que está vivendo a sua vida de um sistema capitalista, não consegue impor nem a lei da oferta e procura, porque está a coisa oligopolizada e monopolizada por pequenos grupos, que, mesmo não tendo consumo, os produtos continuam aumentando.

E o Governo insensível, um Governo comprometido, permanece insensível no seu compromisso.

Por isso, Sr. Presidente, concluo, ao menos registrando a nossa repulsa à maneira da repressão, à maneira em que se colocou o Governo a Bahia, à maneira em que se colocam os governantes neste País, porque através da visão mais caolha, mais vesga e obtusa de que a questão social é uma questão de polícia. Até quando, Sr. Presidente?

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em nome da Liderança do PTB, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Talvez, Sr. Presidente, não tivesse eu, hoje a incumbência de vir a esta tribuna para, em nome de meu Partido, falar no dia em que se comemora, mais uma vez, a 27.^a morte de um estadista brasileiro.

Talvez estivesse desta tribuna, o nosso inesquecível companheiro Domício Scaramella. Todavia, Sr. Presidente, devo, nesta oportunidade, cumprir mais esta empreitada em que em mais uma vez se comemora e se faz esta homenagem.

E talvez, Sr. Presidente - e é certo e não um talvez - que eu o fizesse, e assim o faço, nesta oportunidade, algumas homenagens até, de homens que, no passado, deram seu nome e puderam dar o seu trabalho, dar a sua virtude, e dar o seu pensamento, em nome de uma causa.

Começaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, homenageando, nesta oportunidade, um Deputado da Oposição, que faz parte, hoje, do PMDB.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de começar, nesta oportunidade, homenageando um homem que deu, na oportunidade em que pertenceu ao PTB, tudo de si, quando Vereador em Palmeira, ilustre Deputado Lineu Turra, a quem eu rendo, em nome de meu partido, as minhas homenagens.

Continuo, Sr. Presidente, fazendo mais umas homenagens, e homenagem, nesta oportunidade, ao pai do ilustre Deputado da Bancada do PMDB, Deputado Darcy Deitos, quando o seu pai, lá em Santa Catarina, era um dos ilustres membros do PTB; e continuo, Sr. Presidente, a homenagear ainda mais, e com mais vontade, outros ilustres companheiros desta Assembléia Legislativa. Homenagearia, e deixo, Sr. Presidente, para falar com mais vontade até, desta figura brilhante do nosso companheiro que há pouco tempo nos deixou, e infelizmente seu filho não está aqui presente. Mas, a homenagem que o meu Partido rende, hoje, ao ex-Deputado Lúcio Machado, que, durante tantos anos, deu de si, de seu pensamento, da sua vontade, ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Homenageio também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ilustre ex-Deputado desta Assembléia, e que, da sua família, trouxe o Líder da Bancada do PMDB, Deputado federal hoje, Ernesto Dal'Oglio. A homenagem do meu Partido a essa pessoa.

Falei, até agora, aos homens da Oposição. Mas, gostaria de colocar que, do lado de lá, do lado daqueles que, hoje, dão de si, o seu trabalho, a sua inteligência, ao Governo do Estado, alguns também fizeram parte desse partido que, hoje, sozinho, tenho a responsabilidade de conduzir. E refiro-me ao Deputado Werner Wanderer que, nos anos de 50, foi Vereador do PTB, foi Prefeito do PTB. E mais alguns nomes: o nobre Deputado Valduga que, nos seus idos de mocidade, talvez entusiasmado

pelo poder, foi Vereador pelo PTB também.

Gostaria também de me referir ao Deputado Gilberto Carvalho que, nos idos de 60, deu sua inteligência e tudo mais, ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo lembrar que, nesta oportunidade, em que todos estão do lado de cá, ou do lado de lá, tiveram uma idéia só: trazer a este País, a tranqüilidade.

Todavia, há de se fazer aí, um parêntese e se dividir essas duas correntes, em se colocar a posição de cada um, hoje, e se definir o que, realmente foram, no passado, e o que são hoje.

A Bancada do lado de cá está a escutar. A Bancada do lado de lá não entende, nunca entende. Por isso mesmo, não me refiro a alguns: que nunca foram, e não tenho a coragem de dizer o nome, desta tribuna, bem lembrada, do lado de lá, porque, se amanhã, for o PC, será PC do lado de lá. E nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do lado de cá se haveria de se ser o que se é hoje, lá no Palácio Iguaçu.

Respeito poucos aqui dentro, nas suas posições. Sempre disse isso e repito. Poucos eu respeito aqui dentro, nas posições políticas que tiveram. E haveremos de ver, daqui para frente, as posições que outros terão, aqui dentro.

Alguns, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tiveram as suas eleições por posições que hoje não merecem, aqui dentro. Não vou falar de nomes, porque todos sabem quem são. Ao deitar, o travesseiro conversa com todos eles.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, desta tribuna, render homenagem àquele homem que deu a este País, oportunidades que nunca tivemos e talvez nunca teremos condições de ter. Talvez com sacrifícios, com lutas, com posições, chegemos à oportunidade que tivemos, há alguns anos atrás. Porém, alguns maus brasileiros e outros brasileiros piores ainda, com posições, com compromissos, fora daqui, em outros países, fizeram com que se fizesse o que fizeram e chegemos, hoje, da forma e da maneira como está este País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pouco importa se dizem que este Partido criado pelo Presidente Getúlio Vargas, é inviável ou não, pouco importa isso, importa, é que existam alguns homens sérios neste País, não, homens que conversem e falem besteiras, não, homens que não sejam brasileiros, que não tenham brasilidade, principalmente.

E mais uma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nunca, e nunca, diria, na minha vida, o que escutei há alguns tempos aqui, de que, o que vale é o Governo; Governo não vale nada, o que vale é cada um, é o coração de cada um, é a maneira de ser de cada um, é o pensamento de cada um, nada importa o que vai se fazer neste País, nada importa da maneira como se faz, o que importa, na realidade, é o que nós pensamos, é o que nós tentamos traduzir da maneira como nós falamos, o que importa é da forma como nos conduzimos, o que importa é que cada um tenha um posicionamento, tenha aquilo que nós vemos aqui dentro, aquilo que nós abominamos, aquilo que nós não podemos entender que é o que se chama "ter um emprego aqui na Assembléia, não ser nada do povo, ter um emprego, simplesmente um emprego, simplesmente se ter um comando político e ter medo, medo, medo de perder uma eleição porque então se perde o emprego".

Parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nesta Assembléia, a maioria é aleijada, que a maioria, se perder o mandato, vai para casa e não terá o que fazer.

Arrepiam-me, Srs. Deputados, pensar isto, mas isto é verdade, durante 7 anos que aqui estou, eu vejo algumas passagens que me arrepiam, e, um dia destes eu virei à tribuna para mostrar que, um Deputado do PDS não é homem sequer, isto, eu vou dizer à semana que vem, aqui, porque ele não é homem mesmo!

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Vou dizer o nome.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Não permito a Vossa Excelência, primeiro, ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Nobre Deputado Adalberto Daros, eu estava acompanhando com muito vigor a sua manifestação, a sua exteriorização inclusive emocional muito séria, e digo que, neste dia, na verdade, mais do que nunca o brasileiro precisa voltar-se à sua verdadeira história, e quando hoje, pelo noticiário, ouvia uma entrevista em que o filho de um dos grandes Líderes petebistas deste Estado dizia que estava até acendendo velas junto ao Monumento a Getúlio Vargas, de que ele clamava que este Governo fizesse ao menos 1/3 do que o grande estadista Vargas fez, dirigindo este País, e não há dúvida, esta seria a proposta mais preliminar que nós poderíamos fazer a este Governo e a este regime, que fizesse ao menos 1/3, mas o que eles fazem não é 1/3, são 2/3, é um todo, do anti-Getúlio, do anti-Povo, do anti-País, do entreguismo, do loteamento desta Nação, sob o aval de todos aqueles que direta ou indiretamente sustentam os que estão loteando e entregando este País, ao estrangeiro.

Nós nunca teríamos a quebra do monopólio do petróleo, nós nunca teríamos, com Getúlio Vargas, o que está se fazendo com Carajás, com Getúlio Vargas nós nunca teríamos o que tivemos com o projeto Jari e nós jamais teríamos a pretensão de fazer, do xisto paranaense, o que querem fazer, porque havia, ao menos, uma posição nacionalista e reformista. Porque não vejo e nunca vi, realmente, Getúlio Vargas, como um revolucionário mas, foi, neste País, um grande nacionalista e foi um grande reformador e foi um dos poucos que colocou o social acima dos interesses meramente econômicos e deu o grito para, mais uma vez, procurarmos nos lembrar das aves de rapina, para que a independência deste País não fosse mais uma vez arrebatada, e nosso País penhorado junto ao grande capital estrangeiro.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço a Vossa Excelência e só queria concluir Sr. Deputado Nelson Friedrich, dizendo ao Deputado Erondy Silvério de que efetivamente não teria condições de dar um aparte a ele, porque queria concluir nesses trinta segundos que me restam.

O Sr. Erondy Silvério — Prometo a Vossa Excelência que não usarei mais do que 10 segundos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência poderia usar a Liderança do PDS para ...

O Sr. Erondy Silvério — Isso não precisa Vossa Excelência me ensinar, que eu sei.

O SR. ADALBERTO DAROS — Isto é problema de Vossa Excelência.

Queria apenas concluir, dizendo o seguinte: de que efetivamente, além da construção desse País, quando se colocou de um lado alguns e do outro lado outros, a educação ficou desse lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não era nossa intenção usar da tribuna, entretanto como estranho efetivamente, na tarde de hoje, o comportamento de um Depu-

tado que eu sempre tive na mais alta conta, porque é realmente um Deputado de raízes populares, um Deputado que tem exercido seu mandato com dignidade, com brio, com decência, que é o Deputado Adalberto Daros, meu particular amigo.

Então hoje, a pretexto de se homenagear um grande brasileiro, que nós também reconhecemos, foi um grande brasileiro, Getúlio Vargas, ele investe de uma forma inusitada contra a nossa Bancada, e de uma forma que não podemos aceitar.

Se ele tem mágoa contra algum Deputado do PDS ele tem o dever moral, cívico, de vir na tribuna denunciar esse Deputado, mas nunca jogar a desconfiança de todo o povo do Paraná sobre uma Bancada, que nada lhe deve nem pessoal e nem politicamente.

Então gostaríamos apenas, e era isso o que teríamos dito neste aparte ao Deputado Adalberto Daros, que desse nome aos bois e que dissesse qual o Deputado que não merece estar nessa Casa, qual o Deputado que é covarde, porque ofender toda uma Bancada, não podemos aceitar caladamente.

Então é esse o apelo que faço ao nobre Deputado Adalberto Daros, que volte à tribuna, hoje ou em outra sessão e diga o nome do Deputado, o que ele cometeu de mal ou de ruim, qual o seu ou os seus pecados contra o povo do Paraná, para que ele não possa exercer com dignidade o seu mandato.

O Sr. Adalberto Daros — Pela ordem, Sr. Presidente. Se Vossa Excelência me permite, apenas eu sei que não é muito regimental o que eu devo dizer. Todavia, Sr. Presidente, acho que o Deputado Erondy Silvério não entendeu bem o que disse. Eu disse da tribuna que a semana que vem traria o nome do Deputado, eu disse isso e as notas taquigráficas estão aí, e vou provar: qual mal caráter é esse Deputado do PDS. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO —

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina "Prefeito Moacir Correa", a rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

15 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 25, às 15,00 horas, destinada à comemoração do centenário de nascimento do Almirante Dídio Iratym Affonso da Costa.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 305/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 241/80, na parte que se refere à funcionária MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que atribuiu a mesma a Função Gratificada, símbolo 7-F, de Auxiliar de Portaria do Departamento Administrativo.

II — designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções que abaixo especifica, junto ao Serviço de Processamento de Dados e Telex, percebendo as vantagens inerentes a partir de 05 de agosto de 1981:

CHEFE DA SEÇÃO DE RECEPÇÃO,
EXPEDIÇÃO E ARQUIVO DE DADOS

Madona Sidilha dos Santos Loyola - Mat. 214
CHEFE DA SEÇÃO DE OPERAÇÃO CENTRAL

Edu Liberti — Mat. 243

CHEFE DA SEÇÃO DE TELEX

Herculano Cordeiro — Mat. 390.

(Protoc. 5753/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 306/81

I — retificar “ex-officio”, o Decreto Legislativo n.º 190, de 08 de abril de 1975, para declarar que a incorporação ao acervo de serviço público de ARISTEU SILVA BERGER, matrícula n.º 021, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, correspondente ao quarto quinquênio consecutivo, está compreendida entre 1.º de fevereiro de 1966 e 1.º de fevereiro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1968 e 1970, contadas em dobro e não como consta naquele ato; e,

II — retificar “ex-officio”, o item II, do Decreto

Legislativo n.º 142, de 23 de fevereiro de 1979, para declarar que a incorporação correspondente ao quinto quinquênio consecutivo, ao seu acervo de serviço está compreendido entre 1.º de fevereiro de 1971 e 1.º de abril de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972 e 1974, contadas em dobro, e não como consta naquele ato.

(Protoc. 5375/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 307/81

autorizar ROSA MARIA ACHCAR MALHEIROS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 2.ª Secretaria, no período compreendido entre 16 de julho a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. 5833/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 308/81

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III, e § 3.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, CLÓVIS STADLER DE SOUZA, matrícula n.º 023, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento (20%) sobre o símbolo DAS-3, atribuído ao cargo de Diretor Administrativo (Resolução n.º 53/80), acrescido de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e três (03) adicionais incorporados, de acordo com os Artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com a Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. 6073/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 309/81

exonerar RUBENS BOSCHI MAIA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da

Diretoria Geral, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 272/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 05 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6219).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 310/81

exonerar MARIA DIVA PODESTÁ DE MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 343/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 05 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6238).

Palácio "XIX de Dezembro", em 17/08/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 311/81

conceder, nos termos do Art. 208, item VII, e 240, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES, matrícula n.º 596, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dois (02) anos de licença para o trato de interesses particulares, a partir de 1.º de agosto de 1981, sem ônus para este Poder.

(Protoc. n.º 6140).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 312/81

designar LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula n.º 145, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assistente de Gabinete do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 15 de maio de 1981.

(Protoc. n.º 6008).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 313/81

designar o funcionário JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, matrícula n.º 351, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.º 6146).

Palácio "XIX de Dezembro", em 19/08/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 314/81

autorizar APARECIDA MARLEI SPINARDI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, no período compreendido entre 05 de junho a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. n.º 6689).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 315/81

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 502/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro Patrimônio e Tombamento, do Departamentno Administrativo, o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar o funcionário JOÃO FARINHAK, matrícula n.º 210, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro Patrimônio e Tombamento, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 6268).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 316/81

designar ADILSON VICENTINI, matrícula n.º 110, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Comissão, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 28 de maio de 1981.

(Protoc. n.º 6113).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 317/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 103/75, na parte que se refere à funcionária DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula n.º 240, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou a mesma para exercer as funções de Chefe da Seção de Revisão

Taquigráfica, do Departamento Legislativo.

II — designar IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n.º 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Revisão Taquigráfica, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 12 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6009).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 318/81

conceder a DOLORES PINHEIRO CORRÊA, viúva do ex-Deputado Estadual NELSON JOSÉ CORRÊA, falecido em 05 de junho de 1981, pensão mensal no valor de 03 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, nos termos das Leis n.ºs 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis 6468, de 18 de outubro de 1973 e 6911, de 02 de setembro de 1977, a partir da data do óbito.

(Protoc. n.º 6029).

Palácio "XIX de Dezembro", em 24/08/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 638/81

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 049, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de (04) quatro meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar, e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 1.º de abril de 1981, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 5886).

PORTARIA N.º 639/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 22 de janeiro de 1978 e 22 de março de 1981, antecipado em razão da incorporação de tempo concedida pelo Decreto Legislativo n.º 276, de 11 de maio de 1978 e das férias referentes aos anos de 1956, 1958, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 6384).

PORTARIA N.º 640/81

I — revogar a Portaria n.º 380/80, que designou para prestar serviços no Departamento Legislativo, a funcionária DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula n.º 138, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — lotar no Departamento Legislativo, a funcionária acima mencionada.

(Protoc. n.º 6794).

PORTARIA N.º 641/81

retificar nos assentamentos funcionais o nome de MARIA LEONILDA ROCHA, matrícula n.º 427, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI, nome que, por motivo de seu casamento passou a assinar.

(Protoc. n.º 5495).

PORTARIA N.º 642/81

conceder ao funcionário JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula n.º 350, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1979, a partir de 10 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6683).

PORTARIA N.º 643/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARILU FANCHER BECKER, matrícula n.º 438, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacio-

nal Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 18 de fevereiro de 1976 e 18 de dezembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias de 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 5634).

PORTARIA N.º 644/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO LAMPARELI SILVA, matrícula n.º 178, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 18 de julho de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 5987).

PORTARIA N.º 645/81

mandar retificar, nos assentamentos funcionais de VERA LÚCIA DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder, o seu nome para VERA LÚCIA DOS SANTOS RODRIGUES.

(Protoc. n.º 5384).

PORTARIA N.º 646/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 12 de fevereiro de 1977 e 12 de fevereiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977,

1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. n.º 5246).

PORTARIA N.º 647/81

designar ANEZIO ZILOTTI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Antônio Romero Filho, a partir de 11 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6245).

PORTARIA N.º 648/81

conceder ao funcionário DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR, matrícula n.º 042, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 02 de junho de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 5534).

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 649/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ SUPLICY DE LACERDA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 04 de julho de 1975 e 04 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1976, 1977, contadas em dobro, ao seu acervo de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

(Protoc. n.º 5817).

PORTARIA N.º 650/81

I — mandar retificar nos assentamentos funcionais, o nome de José de Arimathéa Cleto, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de Assessor Técnico Le-

gislative A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para JOSÉ DE ARYMATHÉA CLETO, conforme sua cédula de identidade, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 23 de janeiro de 1971 e 23 de novembro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n.º 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 23 de novembro de 1974 e 23 de setembro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

IV — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei n.º 6174, a partir de 27 de abril de 1981, data em que, em razão das incorporações correspondentes ao quarto e quinto quinquênios, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

(Protoc. n.º 5451).

PORTARIA N.º 651/81

I — revogar a Portaria n.º 366/78, na parte que se refere ao funcionário JOEL NELSON HECKE, matrícula n.º 150, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que lotou o mesmo no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 652/81

designar TEREZINHA MALTAURO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do

Deputado Carlos Zanlorenzi, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 7031).

PORTARIA N.º 653/81

designar GISELDA D. LAMBERT CASTRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 7030).

PORTARIA N.º 654/81

designar MARIA CLOTELVINA PORTUGAL MACEDO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Pessoal, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 7029).

PORTARIA N.º 655/81

conceder à funcionária WALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 17 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 6992).

PORTARIA N.º 656/81

conceder à funcionária WALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 07 de julho de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. n.º 6823).

PORTARIA N.º 657/81

conceder ao funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 14 de setembro de 1980, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. n.º 6104).

dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 7022).

PORTARIA N.º 658/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ OSVALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula n.º 265, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 17 de julho de 1976 e 17 de janeiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio.

(Protoc. n.º 6065).

PORTARIA N.º 659/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO DAROS, matrícula n.º 517, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo V, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 6673).

PORTARIA N.º 660/81

conceder à funcionária ROSÁRIA CARDOZO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de março de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n.º 5828).

PORTARIA N.º 661/81

I — revogar a Portaria n.º 322/81, que designou para prestar serviços no Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário ANTÔNIO ARLINDO PEREIRA NETO, ora à disposição deste Poder até 31 de dezembro de 1981; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços no Departamento Administrativo, até 31 de

PORTARIA N.º 662/81

conceder à funcionária SÍLVIA PEIXOTO GRANDO, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13 de agosto de 1981, em prorrogação.

(Protoc. n.º 7148).

PORTARIA N.º 663/81

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, à funcionária THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula n.º 089, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5236).

PORTARIA N.º 664/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de Carlos Douglas Bukowski, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1975 e 07 de março de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 6031).

PORTARIA N.º 665/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 557, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada

pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1976 e 07 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 6017).

PORTARIA N.º 666/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 6018).

PORTARIA N.º 667/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR,

matrícula n.º 434, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 15 de maio de 1974 e 15 de março de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 6019).

PORTARIA N.º 668/81

I — designar VALMOR JOSÉ BEUX, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, até 31 de dezembro de 1981.

II — designar LEONI IDAZINA FILA DO NASCIMENTO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1981.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de agosto de 1981.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL